

OIKONOMIA NA ZONA DA MATA. APRESENTAÇÃO AOS LEITORES BRASILEIROS

BENOÎT DE L'ESTOILE

Aceitei com gratidão o convite de Edimilson Rodrigues e João Bort para publicar na *Ruris* uma tradução em português do artigo a seguir. Gostaria de apresentar brevemente aos leitores da revista esse texto, publicado pela primeira vez em inglês em 2014 (DE L'ESTOILE, 2014), trazendo primeiramente algumas informações complementares sobre as circunstâncias de sua elaboração, e em seguida sobre a trajetória de pesquisa na qual ele se baseia¹.

No final de 2011, pouco tempo depois de ter voltado de uma temporada no Brasil (ver abaixo), recebi um convite da Fundação Wenner Gren² para participar do Symposium “Crise, valor, esperança: repensar a Economia” (“Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy”), organizado por dois colegas antropólogos, Susana Narotzky (Universidade de Barcelona) e Niko Besnier (Universidade de Amsterdam) que aconteceria em setembro de 2012 em Sintra (Portugal). Copio aqui um extrato da carta-convite que recebi em novembro de 2011:

Esse simpósio procura re-pensar a economia a partir da perspectiva da teoria contemporânea da antropologia econômica e política, e explorar como esse repensar aponta para outras preocupações na antropologia cultural. Especificamente, o nosso objetivo é explorar o que é considerado econômico e como vários processos considerados econômicos interagem um com outro. Além disso, esperamos explorar o que acontece quando vários regimes de valor se confrontam em um mesmo contexto, e

¹ Essa apresentação e a revisão deste artigo foram realizadas no âmbito da minha estada no Centro de Estudos Rurais (Ceres) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/ IFCH/UNICAMP) como professor visitante, em fevereiro-março de 2020, pelo projeto PRINT/CAPES “Metodologia e Ensino: desafios e inovações nas Ciências Humanas”. Fico grato à Nashieli Rangel Loera e Emília Pietrafesa de Godoi por ter possibilitado essa estada. Agradeço à Mariana Broglia de Moura, Igor Roemberg, Emília Pietrafesa de Godoi, Gala Agüero e Edimilson Rodrigues pelas suas releituras estimulantes e atentas.

² A Wenner-Gren Foundation, com sede em Nova Iorque, é uma fundação privada que tem um papel essencial no financiamento da antropologia. Veja o site <http://www.wennergren.org/>

³ No original: “This symposium seeks to re-think the economy from the perspective of contemporary theory in economic and political anthropology, and explore how this re-thinking informs other concerns in cultural anthropology. Specifically, we aim to explore what counts as economic and how different processes that count as economic interact with one another. Furthermore, we wish to explore what happens when different regimes of value overlap in the same context and what role the economy plays in linking the past and the present to the future. These endeavors begin with an ethnographic investigation of what these questions mean for people on the ground, particularly people for whom crisis is not a state of exception but a normalized condition. Three important categories emerge in this investigation: crisis, value, and hope. We seek to understand how they interact.” Susana Narotzky e Niko Besnier, “organizers’ statement”, novembro de 2011.

⁴ Todos os *papers* foram enviados antecipadamente para os participantes, para que fossem lidos previamente. As sessões estavam dedicadas à discussão de cada texto, com devidos momentos de socialização. Para uma história desses encontros, inicialmente realizados num castelo medieval na Áustria, cf. <http://www.wennergren.org/history/conferences-seminars-symposia/wenner-gren-symposia>

o papel da economia em ligar o passado e o presente com o futuro. Esses esforços se iniciam com uma investigação etnográfica sobre o que essas questões significam para as pessoas no campo, especialmente para quem o estado de crise não é um estado de exceção, mas uma condição normalizada. Três categorias importantes emergem nessa investigação: crise, valor e esperança. Procuramos entender como elas interagem³.

A sugestão era contribuir para essa reflexão a partir da minha pesquisa em assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco, que tinha tido oportunidade de comentar anteriormente com Susana e Niko.

Vale a pena destacar o formato original desses encontros, que foram idealizados no final dos anos cinquenta pela Fundação Wenner Gren, resultando numa interlocução extremamente estimulante⁴. A partir destes simpósios foram organizados vários volumes e, mais recentemente, números especiais (*Supplements*) da revista *Current Anthropology*, da Chicago University Press; foi o caso do volume no qual entrou esse artigo (NAROTZKY; BESNIER, 2014).

Fiquei agradecido com o convite, que aceitei de imediato; em particular, a sugestão de repensar a economia a partir da etnografia ressonava com a minha própria abordagem. No entanto, sentia um certo desconforto com os termos do subtítulo do simpósio: crise, esperança e valores. “*Crise*” me parecia marcado por uma visão euro-centrada. Na Europa, como na América do Norte, a “*crise*” fazia referência ao período de forte crescimento da precariedade e incerteza, desencadeada pela queda dos mercados financeiros em 2008, atingindo sobretudo a Europa Mediterrânea (Espanha, Grécia, Itália, Portugal). Na minha experiência, porém, as pessoas que se auto-definem como “*pobres*” no Brasil, viviam em situação de precariedade, mas não a rotulavam como “*crise*”; a situação me parecia mais marcada por uma incerteza estrutural, associada a uma forma específica de

relação com o futuro. Resolvi então focar o artigo sobre as formas como as pessoas lidavam com as várias formas de incerteza na vida cotidiana⁵.

Não fiquei tampouco convencido pela literatura que encontrei sobre “*hope*”, que me pareceu não levar suficientemente em conta as concepções nativas⁶; fui procurar nas minhas notas de campo e entrevistas as formas como os meus interlocutores no campo se referiam ao futuro, usando verbos como *esperar*, *sonhar* ou *correr atrás*. Por exemplo, no trecho de entrevista a seguir com um interlocutor que se encontrava desempregado, a incerteza e a espera se encontram coloridas pela dimensão religiosa:

Aí trabalhei aí quase três meses, ou mais de três meses, já saí. E estou aqui, quase no fundo, comendo bolacha [...]. Agora estou *esperando*. Estou lendo essas Bíblias. E estou *esperando* o restante dos planos de Deus na minha vida ser concluído. Não sei. Não sei o quanto eu vou passar aqui. Também estou com essa terra aí, esse hectare de terra, estou plantando. [...] Isso é uma visão que eu tenho, é para aquela terra ali. Essa é uma coisa que eu *sonho*. Não sei se vai ser realizado, mas pode ser que seja.

A ambivalência do *esperar* aparece nitidamente nessa outra frase, que opõe o tempo do esperar (um futuro idealizado) com a desilusão e o “medo” (ou seja uma expectativa negativa em relação ao futuro):

O pessoal ficou *decepcionado* porque não aconteceu o que todo mundo *esperava*, que é aquela coisa bonita, aí muita gente desistiu e outros ficaram com medo.

Tais modos de orientar-se em relação ao futuro entre os beneficiários da política de reforma agrária contrastavam com os que dominavam entre os atores responsáveis pela implementação e gestão dessa política convocando o futuro na forma de *planos*

⁵ O título do *paper* original, “Money is good, but a friend is better”. Coping with uncertainty in Northeast Brazil”, correspondia a esse foco.

⁶ Por exemplo, um artigo bastante citado disserta sobre a noção de *hope* na Rússia, sem sequer analisar as palavras em russo que o autor traduz por “*hope*”, como se fosse uma categoria universal. Voluntariamente, deixo de citar aqui esses textos.

e *planejamentos, projetos, programas*, etc. Essas projeções sobre o futuro estavam muitas vezes formuladas na linguagem da economia. Adotar como quadro analítico esse mesmo vocabulário e recorte econômico implicaria realizar, portanto, uma imposição eticamente e intelectualmente questionável, duplicando no plano da análise o processo de dominação vivido pelas pessoas. Ao contrário, me parecia necessário questionar o próprio recorte econômico a partir da etnografia.

Essa opção foi reforçada pela experiência do workshop. A chamada ao simpósio suscitou várias propostas instigantes⁷. Eu tinha bastante interesse na proposta de Stephen Gudeman de focar na economia da casa (*economy of the house*), inicialmente formulada a partir de um campo na Colômbia (GUDEMAN; RIVERA, 1990). Formado em economia, Gudeman propôs reconstruir um discurso de economia em que ela não fosse centrada no mercado, mas na casa (*house*), integrando a perspectiva antropológica para criar uma espécie de “anti-economia”, o que chamei durante o seminário de “anthropological economics”⁸. Outros, reivindicando explicitamente o legado marxista, como Susana Narotzky ou Gavin Smith, estavam propondo uma nova forma de economia política (“*New Political economy*”).

Apesar do seu grande interesse, essas várias abordagens ficaram, como a maior parte da antropologia e sociologia econômicas, limitadas pelo fato de serem pautadas pela ânsia de um diálogo com os saberes econômicos⁹. A questão é que esse “diálogo” muitas vezes se dá em mão única: antropólogos e sociólogos tentam chamar a atenção dos economistas (porém, frustrados na maior parte do tempo), e provar que os fenômenos “econômicos” não podem ser entendidos sem levar em conta fatores “não econômicos”, ou, como dizia o meu orientador de mestrado Pierre Bourdieu, “as estruturas sociais da economia”¹⁰. Elas tentam demonstrar que “a economia dos economistas” está incompleta, por ser excessivamente abstrata, e que, portanto, a fim de obter uma visão mais realista, seria preciso reinjetar dimensões sociais, culturais, políticas ou morais.

⁷ Senti bastante proximidade com a contribuição do Stef Jansen (2014) sobre o sentimento de tempo “parado” no Sarajevo pós-guerra civil. O simpósio reunia, além de antropólogos (Deborah James), uma economista heterodoxa (Isabelle Guérin), uma geógrafa (Karen Brodtkin) e um sociólogo (Vincent Dubois).

⁸ Ele acabou não publicando no volume coletivo.

⁹ Vale a pena lembrar que uma das primeiras Wenner-Gren conferences, em 1960, foi dedicada a “Economics and Anthropology: Capital, Saving and Credit in Peasant Societies”; o volume resultante virou um marco da antropologia econômica.

¹⁰ Para uma apresentação sintética da sociologia econômica de Bourdieu, ver Garcia-Parpet, 2014.

A minha própria proposta foi radicalizar essas abordagens críticas, para questionar o próprio quadro econômico como recorte da discussão, a partir das preocupações e concepções dos meus interlocutores no campo. No meu *paper* e durante o *workshop*, insisti em questionar o próprio recorte que tinha sido proposto pelos organizadores - que apesar de instigante me parecia, por outro lado, limitador - apelando para a necessidade de incluir na análise tanto a perspectiva da vida (*life*) e da boa vida (*good life*), como dos “meios de vida” (*making a living*)¹¹. Cheguei a afirmar que era necessário realizar uma revolução copernicana, mudando radicalmente o quadro interpretativo. Com receio que isso soasse de forma excessivamente bombástica, tirei essa formulação da versão publicada. Ficou apenas a injunção pela qual termina o artigo: a não se limitar a “repensar” a economia, mas a *unthink* (literalmente im-pensá-la).

Senti portanto a necessidade de encontrar um quadro teórico alternativo que oferecesse:

1. Um embasamento permitindo um ponto de vista “externo” sobre “a economia”, tornando aparente o seu caráter de construção arbitrária¹²

2. Uma conceitualização dando conta das formulações e práticas dos meus interlocutores no dia a dia a partir da sua própria perspectiva, sem impor sobre elas um enquadramento alheio.

Foi o que me proporcionou a apropriação de uma noção grega, a de *oikonomia*. Havia notado o uso recorrente entre meus interlocutores do vocabulário do “mandar” ou de “ser dono”, referindo-se ora à situações dentro do assentamento, ora dentro de casa (com frases como “quem manda aqui sou eu” ou “ele acha que é dono”)¹³. Consultando o texto original em grego da *Política*, verifiquei que Aristóteles [1225b] usava *oikonomiké* e *politiké* em forma adjetiva para se referir às duas formas de *arkhè* (poder de mandar sobre alguém); uma própria do mundo doméstico (no *oikos*), correspondendo a uma forma de poder monárquico, a outra do mundo cívico (a *polis*), que é

¹¹ A introdução do número incorporou em parte essas ponderações (NAROTZKY; BESNIER, 2014).

¹² Nesse sentido, compartilho a preocupação dos trabalhos no Brasil que se definem sob o rótulo de “antropologia da economia” (NEIBURG, 2011).

¹³ A questão da liberdade e da sujeição é central no trabalho de Garcia Jr (1983) sobre outra região de Pernambuco.

¹⁴ Dando-me conta dessa proximidade, tive o intuito que Aristóteles estava presente por trás das reflexões de Foucault sobre a relação entre o governo de si e o governo dos outros. Eu só descobri depois o texto sobre “la maisonnée d’Ischomacque”, (a casa de Ischomaco), em *L’usage des plaisirs*, onde Foucault (1984) descreve o tratado *Oikonomikos*, de Xenophão, como uma “arte de governar”.

¹⁵ Cito aqui a introdução da tradução em francês do *Économico*, de Aristóteles: “A palavra *oikonomia* é clara: ela se compõe etimologicamente de dois elementos: o primeiro, *oikos*, significa literalmente “casa”, mas se diferencia dos seus aparentes sinônimos na medida que tende a designar a casa como conjunto de bens possuídos pela família. O segundo elemento corresponde ao verbo *nemein*, que significa “administrar, gerir, dirigir, tomar conta de” (VAN GRONINGEN; WARTELLE, 1968, p. 1, tradução minha).

¹⁶ Desconhecia naquele momento o trabalho pioneiro de Woortmann (1987), no qual ele faz várias referências a noção de *oeconomia*, e termina apontando para aproximações entre as análises de Aristóteles na Política, e as formulações dos seus próprios interlocutores no Nordeste.

¹⁷ Esse ponto esta desenvolvido em De L’Estoire (2016).

diferente porque a relação de governo se dá entre iguais. Essa polissemia da noção de *arkhè* encontra um eco na pluralidade de sentidos do termo “governo” na obra de Foucault, da noção de *gouvernementalité* nas reflexões sobre o governo das condutas¹⁴. Isso me levou a explorar o conceito de *oikonomia*¹⁵, que optei por traduzir por “governo da casa”, de modo a destacar a dimensão política (no sentido moderno de relação de poder) que está em jogo nessas situações, em vez de “economia doméstica”, ou “administração do *household*”, como é mais usual¹⁶. Um traço essencial do quadro conceitual de *oikonomia* é a centralidade dada aos ideais de “autonomia” e “liberdade” - a capacidade de definir suas próprias regras em vez de obedecer as ordens de outrem, de mandar e não ser mandado —, como princípio de organização no quadro de referência das pessoas.¹⁷

Eu vejo a noção de *oikonomia* como uma ferramenta para realizar essa revolução copernicana. A perspectiva da *oikonomia* destaca a articulação entre três aspectos interrelacionados no governo da casa:

a) a possibilidade de governar como dono a sua própria casa e sua própria vida;

b) práticas domésticas cotidianas visando a fornecer as “necessidades da vida”, de modo a segurar a autonomia da casa;

c) a casa como lugar privilegiado para atingir a “boa vida”, materialmente e moralmente: isso implica conseguir o controle de si e da sua casa, e ser reconhecido por seus pares como uma “boa pessoa”.

Lancei mão no artigo de noções complementares, como “campo de oportunidades”, inspirado na noção weberiana de “oportunidades de vida”, para designar o espaço das possibilidades e dos limites que definem as opções possíveis para os atores, ou de “quadro de referência”, que defini como “quadro cognitivo e normativo utilizado pelas pessoas para conferir sentido ao seu mundo e para atuar nele”.

Alguns leitores encontraram afinidades entre “*oikonomia*” e a noção de “economia moral”. Apesar de me referir no artigo ao

livro do James Scott (1976), no qual ele formulou esse conceito, não o adotei como ferramenta analítica. Em primeiro lugar, tanto para Thompson quanto para Scott, a noção de “economia moral” almejava ultrapassar a de “economia política”, num diálogo crítico com o marxismo que tinha adotado essa noção. O objetivo era precisamente reintegrar a dimensão moral, excluída pelo conceito de “economia política”, formulado no século XVIII, entre outros por Adam Smith, e retomado por Marx. Foi justamente para nomear as resistências à afirmação da nova “*political economy*”, centrada no “livre mercado”, que Thompson cunhou a noção de economia moral: “A economia moral está emergindo em resistência à economia do ‘livre mercado’” (THOMPSON, 1993, p. 340)¹⁸

Mas se por um lado eles enxergam os limites do conceito, “economia moral” fica derivativo em relação à economia. Portanto, ela é reduzida apenas a um modo de “qualificar” (no sentido inglês de “*qualify*”, de matizar) a economia, mas não constitui uma ferramenta para a ruptura necessária com o enquadramento econômico.

Vale a pena notar que o próprio Thomson, que cunhou a expressão “*moral economy*”, chegou a questionar sua própria escolha, destacando a dimensão política do termo grego *oikonomia*.

Talvez eu pudesse ter chamado isso de “economia sociológica”, e uma economia no seu sentido original (*oekonomia*) como a devida organização da casa (*household*), a qual cada parte está relacionada ao todo, e cada membro reconhece seus vários deveres e obrigações. Isso, na verdade, é tanto ou mais “político” que a “economia política” (Thompson 1993, p. 271)¹⁹.

O problema, portanto, em “economia moral” não é “moral”, como sugere Thompson, mas bem “economia”.

Além disso, a noção de “economia moral” passou a ser usada de modo tão frouxo que parece funcionar hoje em dia quase como

¹⁸ No original: “The moral economy is summoned into being in resistance to the economy of the ‘free market’”.

¹⁹ No original: “I could perhaps have called this a ‘sociological economy’, and an economy in its original meaning (*oekonomia*) as the due organisation of a household, in which each part is related to the whole and each member acknowledges his several duties and obligations. That, indeed, is as much, or more, ‘political’ than is ‘political economy’”.

²⁰ Eu mesmo já tinha uma experiência de pesquisa de campo no Brasil, no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), entre 1993 e 1994, que precisei abandonar por falta de financiamento.

²¹ Garcia (1983). Afrânio tinha sido professor no PPGAS/Museu Nacional antes de se transferir para a EHESS.

²² Essa iniciativa originou-se na presença de Lygia como professora associada visitante, no Département de Sciences Sociales da Ecole Normale Supérieure (Paris), onde eu ensinava na época, durante vários anos, entre 1994 e 1998, e a participação dela no estágio de formação à pesquisa de campo (Stage de formation à l'enquête de terrain), que teve um papel fundamental no desenvolvimento de uma etnografia sociológica na França. Imaginamos o desafio de reproduzir esse formato numa escala internacional (ver de L'Estoile e Sigaud, 2001, 2006). Eu tinha conhecido Lygia em Paris no final de 1991 através do grupo de Pierre Bourdieu na EHESS, antes de viajar para o Rio de Janeiro para tomar conta do *Bureau du Livre* dos serviços culturais da Embaixada da França no âmbito do meu "serviço nacional" (na época obrigatório para homens na França, 1992-1993); Lygia me introduziu ao grupo dos antropólogos do PPGAS/Museu Nacional, em particular Afrânio e Marie-France Garcia, Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim, dos quais me tornei próximo. Foi o início de uma longa parceria com o PPGAS/Museu Nacional.

um equivalente mais palatável de termos atualmente em desuso como “sistema de valores” ou “*ethos*”. Não fico convencido do ganho analítico que traz “economia moral” nesse sentido em relação ao que Klaas Woortmann (1990) chamou de “ordem moral”. James Carrier (2019) tentou resgatá-la, voltando a um uso mais estrito, mas continua preso num dualismo entre “economia moral” (uma economia menos econômica) que funcionaria no âmbito da família, por exemplo, e uma “economia verdadeira”.

Cabe agora dizer algumas palavras sobre minha própria pesquisa no Nordeste, que encontrou seu ponto de partida em uma experiência de pesquisa coletiva²⁰. Em setembro de 1997, organizamos com Lygia Sigaud, então professora do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, um “estágio de campo internacional” na Zona da Mata de Pernambuco, com alunos e professores da Escola Normal Superior (ENS) de Paris, e da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) (entre os quais Afrânio Garcia, que tinha também ampla experiência de pesquisa no Nordeste²¹), e do PPGAS²². Lygia demonstrou uma generosidade incomum, “abrindo” o seu próprio campo para outro(a)s pesquisadores, o que foi para todos nós um momento inesquecível. Lygia, que realizava sua pesquisa nessa região desde 1969, ficou surpresa com a presença marcada na paisagem, ao longo das estradas, de inúmeros acampamentos, organizados nos engenhos de cana-de-açúcar pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco) ou por outros movimentos sociais (Sigaud *et alii*, 2006). Foi a partir dessa “surpresa” que, nos anos subsequentes, Lygia ia desenvolver uma nova linha de pesquisa sobre a “forma acampamento”²³.

Baseados nessa pesquisa coletiva, organizamos um número especial dos *Cahiers du Brésil contemporain*, que foi posteriormente publicado no Brasil pela editora da FGV, onde tentamos usar como instrumento heurístico as diferenças nos pontos de vista, ancorados em tradições disciplinares e nacionais

diversas (de L’Estoile e Sigaud, 2001; 2006a; 2006b). Em 1999, repetimos em escala maior essa experiência de pesquisa coletiva internacional²⁴.

A partir dessas duas fases de pesquisa coletiva foram desenvolvidas exposições em cada país²⁵: em 2002, *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas*, organizada por Lygia, ocupou os salões nobres do Museu Nacional no Rio de Janeiro (SIGAUD; WELLER, 2003); em Paris, na *Ecole Normale Supérieure* organizei com uma equipe *Nous sommes devenus des personnes. Nouveaux portraits du Nordeste brésilien* (“A gente passou a ser gente. Novos retratos do Nordeste brasileiro”), em 2003²⁶ (DE L’ESTOILE, 2003). Enquanto a exposição no Rio era centrada sobre os acampamentos, a exposição de Paris focava sobre as transformações das paisagens e dos mundos vívidos; estava dividida em três seções: a) o mundo dos engenhos de cana-de-açúcar; b) os acampamentos; e c) o mundo novo e incerto dos assentamentos da reforma agrária. Nesse cenário, um lugar de destaque foi dado a questão das casas, pela centralidade que estas ocupavam no discurso dos nossos interlocutores: no passado, as casas precárias, muitas vezes de taipa, dentro dos engenhos ou nas pontas de rua das pequenas cidades; nos acampamentos, as barracas cobertas de lona; por fim, as casas de alvenaria idealizadas e erguidas pelos beneficiários do programa de reforma agrária dentro do assentamento. O acesso a uma casa própria estava valorizado por nossos interlocutores, como sinaliza a frase “Agora estamos em casa!”, dirigida à pesquisadores, contrastando com o “morar na casa dos outros” nos tempos do engenho. Essa centralidade da casa na vida das pessoas acabaria com o decorrer do tempo se tornando um eixo organizador da minha pesquisa²⁷.

A partir desse convite inicial, passei a desenvolver minha própria pesquisa etnográfica sobre três engenhos de cana de açúcar vizinhos, transformados em assentamentos, realizando ao longo dos anos várias estadas, numa perspectiva de antropologia política (DE L’ESTOILE, 2015). Nessa empreitada, tive o privilégio ímpar de poder me apoiar sobre o conjunto de trabalhos

²³ Para uma apresentação da trajetória de pesquisa da Lygia, ver Leite Lopes, 2009. Ver também sobre a sua contribuição aos estudos rurais, os textos reunidos em Rosa, 2010.

²⁴ Em 2000, organizamos um GT na reunião da ABA em Brasília e um seminário internacional em Paris, reunindo as equipes francesa e brasileira dessa segunda fase de campo.

²⁵ Uma primeira exposição de fotografias realizadas pelos pesquisadores tinha sido organizada pela equipe francesa em outubro de 2000 no hall da EHESS por ocasião do evento *Brésil 2000*, no âmbito do qual Lygia e eu organizamos o seminário *Etats nationaux, internationalisation et redéfinitions des identités*. Em 2006, consegui trazer essa exposição para o pequeno museu do próprio município onde realizei a pesquisa, realizando uma forma de restituição visual parcial.

²⁶ A exposição foi também apresentada em 2005 na Universidade da Borgonha em Dijon, por ocasião do Ano do Brasil na França.

²⁷ Em diálogo com os trabalhos desenvolvidos na antropologia brasileira sobre a casa (DIAS DUARTE; CAMPOS GOMES, 2008; MAcCALLUM; B U S T A M A N T E , 2012; MARCELIN, 1999; MOTTA, 2013; W O R T M A N N , 1982).

realizados nessa região do Nordeste no âmbito de vários projetos coletivos e individuais ligados ao Museu Nacional (PPGAS) da UFRJ, entre os quais as monografias pioneiras de Beatriz Heredia (1979) e Afrânio Garcia Jr (1983) sobre a “economia camponesa”. Infelizmente, o falecimento da Lygia em abril de 2009, pôs um fim brutal a uma amizade e parceria de mais de quinze anos. A minha estada como professor visitante no PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, que tinha sido idealizada com Lygia, acabou sendo realizada entre 2010-2011 graças ao convite de Federico Neiburg, através de um bolsa de pesquisador visitante do CNPq, o que me permitiu reforçar o diálogo com os colegas do Museu Nacional²⁸, e realizar novas estadas no campo. O artigo incorpora também os frutos da minha participação como consultor entre 2011 e 2013 ao projeto FCT “A trama territorial: pertença, mobilidade e trabalho no Brasil contemporâneo”, coordenado por João de Pina Cabral e Susana de Matos Viegas.

²⁸ Durante essa estada, tive o privilégio de acompanhar o curso “Sociedades camponesas”, ministrado por Moacir Palmeira e Giralda Seyferth. Neste período, já estava pesquisador do CNRS, sendo afixado ao *Bureau du CNRS* no Rio de Janeiro.

Não tive a oportunidade de voltar ao campo entre a chamada do *workshop* e a publicação do artigo, porém em voltas subsequentes (em 2014 e 2018), conversei amplamente com meus interlocutores sobre as hipóteses aqui formuladas, em particular em torno das questões da amizade, da liberdade e do “mandar”. Verifiquei assim que a frase “quem manda nessa casa sou eu” era usada também por mulheres, especialmente quando se encontravam em situação de “chefe de família” (por serem viúvas ou abandonadas pelo cônjuge). Finalmente, no momento da revisão do artigo em português, submeti a interlocutores os trechos que se referiam às histórias deles ou delas para verificar se a formulação lhes parecia adequada.

Cabe lembrar por fim que, tendo sido escrito para um público anglófono sem nenhum conhecimento do Brasil, este artigo necessariamente possui uma dimensão simplificadora para um leitor mais familiarizado com as realidades locais. Além disso, a recomendação dos editores da *Current Anthropology* foi a de privilegiar a literatura em inglês, limitando as referências

em português; embora tenha adicionado algumas na versão traduzida, especialistas perceberão que a bibliografia continua lacunar.

A linha de pesquisa iniciada nesse artigo foi continuada e ampliada, notadamente no âmbito de dois projetos de cooperação franco-brasileiros (Capes-Cofecub): *Modos de governo e práticas econômicas ordinárias* (2013-2016) e *Governar a incerteza: casas, mercados, territórios* (iniciado em 2019), ambos coordenados por Federico Neiburg e por mim. Em 2016, organizei com Adam Kuper, Steven Gudeman e André Dumans Guedes um painel no congresso da EASA em Milão, Itália, “Oikonomia. The government of the house, ‘life’ and ‘the good life’”, no qual apresentei um *paper* ainda inédito (DE L’ESTOILE, 2016). O tema do governo da casa foi desenvolvido dentro do projeto “*Oikonomia: une anthropologie politique de la maison*” (Fonds de la recherche Tepsis, 2016-2020), coordenado por mim. Mais recentemente, organizei com Federico Neiburg um número especial da revista *Etnografica* (no prelo), dedicado ao tema “Governar a casa”, com contribuições de vários jovens pesquisadores (Consuelo Araos, Thomas Cortado, Handerson Joseph, Clémence Léobal, Pascal Mulet). Foi um motivo de satisfação constatar que esse artigo contribuiu em estimular colegas a abrir novas linhas de investigação. É o caso entre outros do dossiê *Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida*, organizado por María Inés Fernández Álvarez e Mariano Perelman (2020), publicado na revista argentina *Cuadernos de Antropología*, que contém uma tradução em espanhol do artigo. Espero que a disponibilização desse artigo em português possa também contribuir para abrir novos horizontes de pesquisa.

Campinas - Paris, março-agosto de 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRIER, James G. Moral economy: What's in a name. *In: Anthropological Theory*, 18:1, 2018, p. 18-35.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando; CAMPOS GOMES, Edlaine de. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés; PERELMAN, Mariano. “Introducción” a *Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida*. *In: Cuadernos de Antropología Social*, núm. 51, mayo-septiembre, 2020.

FOUCAULT, Michel. La maison d'Ischomaque. *In: Histoire de la sexualité 2. L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.

JANSEN, Stef. On Not Moving Well Enough: Temporal Reasoning in Sarajevo Yearnings for “Normal Lives”. *In: Current Anthropology*, v. 55, n. S9, 2014, p. 74-84.

Nous sommes devenus des personnes, exposition, Ecole normale supérieure, Paris, 2003.

DE L'ESTOILE, Benoît. Nous sommes devenus des personnes, *Vacarme* 22, 2003, p. 109-119. Disponível em: <<https://vacarme.org/article2546.html>>.

DE L'ESTOILE, Benoît. “Money Is Good, but a Friend Is Better”: Uncertainty, Orientation to the Future, and “the Economy”. *In: Current Anthropology*, v. 55, n. S9, 2014, p. 62-73.

DE L'ESTOILE, Benoît. A reunião: ferramenta e ritual de governo. Relações pessoais e mundo do Estado num assentamento na Zona da Mata de Pernambuco. *In: Revista Antropolítica*, 2 sem., n. 39, 2015, p.248-282.

DE L'ESTOILE, Benoît. *Oikonomia* or Governing the House. State policies, domestic practices and ‘worthy life’ in Northeastern

Brazil, Paper apresentado no Panel *Oikonomia. The government of the house, 'life' and 'the good life'*, EASA conference, Milão, junho de 2016.

DE L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. Les transformations sociales au Nordeste: regards croisés. In: *Cahiers du Brésil contemporain*, n. 43/44, 2001, p. 5-15.

DE L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

DE L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. Introdução: Uma etnografia coletiva em terras pernambucanas. In: _____; _____ (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. 2006b. p. 7-18.

GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Marché, rationalité et faits sociaux totaux: Pierre Bourdieu et l'économie. In: *Revue Française de Socio-Économie*, 13, 2014, p. 107-127.

GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto. *Conversations in Colombia: The Domestic Economy in Life and Text*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE LOPES, José Sergio. A “ponta do novelo”: em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana* vol.15 n.1, 2009, p. 257-278.

MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. In: *Etnográfica* 16(2), 2012, p. 221-246.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. *Mana*, 5 (2), 1999, p. 31-60.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. *In: Vibrant*, 11 (1), 2013, p. 118-158.

NAROTZKY, Susana. Between Inequality and Injustice: Dignity as a Motive for Mobilization During the Crisis. *In: History and Anthropology*, 27:1, 2016, p. 74-92.

NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko. Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy: An Introduction to Supplement 9. *In: Current Anthropology*, 55: S9, 2014, p. 4-16.

NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. *In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando; MARTINS, Carlos Benedito (coord.). Antropologia: horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 225-258.

ROSA, Marcelo Carvalho (org.). *Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.

SIGAUD, Lygia; WELLER, André. *Lonas e Bandeiras em Terras Pernambucanas*. Catálogo da exposição no Museu Nacional, 2003.

SIGAUD, Lygia; FAJOLLES, David; GAUTIÉ, Jérôme; GÓMEZ, Hernán; SMIRCIC, Sérgio Chamorro. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. *In: DE L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia (org.). Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 29-63.

SCOTT, James. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven, CT: Yale University Press, 1976.

THOMPSON, Edward Palmer. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *In: Past and Present*, 50, 1971, p. 76-136.

THOMPSON, Edward Palmer. The Moral Economy Reviewed. *In: Customs in Common. Studies in Traditional Popular Culture*. New York: New Press, 1993.

VAN GRONINGEN, B. A.; WARTELLE, André. Introduction. *In: Aristote, Economique, Livre 1. Texte établi par VAN GRONINGEN, B.A. et WARTELLE, André*. Paris: Les belles lettres, 1968, p. 1-8.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. *In: Anuário Antropológico*, 8, 1982, p. 119-150.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*, 87, 1990, p. 11-73.

BENOÎT DE L'ESTOILE - Antropólogo. Pesquisador sênior (Directeur de recherche) no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor de Antropologia na Ecole Normale Supérieure (ENS), Paris Sciences et Lettres Research University (PSL).

